

# Comércio também pede *economia nacional* expurgos de indexação

14 JUN 1983

Da sucursal do  
RIO

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) pediu ontem aos ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, o expurgo de várias modalidades de indexação, advertindo que, sem essa providência, "o recente conjunto de medidas de política econômica frustra-se no nascedouro e só servirá para agravar ainda mais a estagflação que nos atinge desde 1981".

Ao enfatizar a defesa dos pontos de vista da entidade, o presidente da CNC, Antônio de Oliveira Santos, disse: "Todos iremos para o buraco, se o governo não tiver a coragem de complementar o pacote com medidas de desindexação da economia e também se não tiver a coragem de preservar as empresas estatais eficientes dos cortes programados para o setor".

O presidente da CNC, um dos representantes do setor privado no Conselho Monetário Nacional, mostrou-se profundamente preocupado com a indefinição do governo quanto ao expurgo dos diversos índices econômicos, inclusive o INPC, que serve de base para os reajustes semestrais de salários. Também advertiu sobre a impropriedade de o governo adotar um critério linear para executar os cortes das estatais, na medida em que as empresas estatais eficientes poderão ser equiparadas às ineficientes.

## RAZÕES DO EXPURGO

No telex enviado ontem aos ministros da Fazenda e do Planejamento, a CNC alinha as razões em defesa do expurgo dos índices que regulam a economia brasileira:

1) Com o corte de subsídios, o governo pretende diminuir o déficit do setor público. Sem o expurgo desses efeitos sobre os índices de preços, teremos um aumento permanente do patamar inflacionário, pelos efeitos realimentadores da correção monetária e salarial;

2) Grande parte do déficit público se deve aos encargos da dívida pública interna, correção monetária mais juros. Não se trata apenas do método de contabilização do FMI. A "correção da dívida" interna "gera déficit pois o governo não possui, como contrapartida dessa dívida, ativos que rendam correção monetária". A incorporação do efeito do corte dos subsídios no valor das ORTN criará insuportável vazamento nas contas do setor público: corta-se o déficit do lado dos subsídios e ele ressurgirá nas contas da dívida interna;

3) Com as ORTN amarradas ao IGP, as empresas serão violentamente penalizadas nos custos financeiros. A taxa de juros relevante para a empresa não é aquela que se cobra além do Índice Geral de Preços, pois nenhuma empresa produz IGP, mas a taxa nominal, descontada a taxa de aumento de preços dos ativos da empresa. Na medida em que o IGP capta efeitos de cortes de subsídios que não premiam nenhuma empresa, e na medida em que as ORTN acompanham o IGP, os juros reais tornam-se muito maiores do que parecem à primeira vista. Isso é fator adicional de recessão e desemprego;

4) No momento em que é feito o corte dos subsídios, também não há razão para manter atrelada a taxa de câmbio ao IGP. Muitos dos impactos sobre o Índice Geral de Preços não se refletem nos custos de exportação. O índice adequado ao balisamento das minidesvalorizações cambiais deve refletir o custo de exportação dos produtos industrializados, a exemplo do Índice de Preços por Atacado de produtos industriais, exclusive petróleo;

5) O não expurgo do INPC é a falsa proteção aos assalariados. No atual regime de indexação plena, o poder aquisitivo dos trabalhadores será muito mais cruelmente expurgado pela alta das taxas de inflação e desemprego; todos devem ser iguais perante a correção monetária. Os salários em qualquer faixa devem acompanhar as ORTN.